

O RIO DE JANEIRO NAS CRÔNICAS DE A SEMANA

BENITO PETRAGLIA

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo pretende examinar a paisagem urbana do Rio de Janeiro delineada nas crônicas de *A Semana*, de Machado de Assis. O tempo, entre 1892 e 1897, é um momento importante na vida da cidade. Manifestam-se os inícios das transformações consumadas na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906).

Palavras-chave: Rio de Janeiro; crônica; Machado de Assis

RIO DE JANEIRO IN THE A SEMANA CHRONICLES

Abstract: The aim of this article is to examine the urban environment of Rio de Janeiro as delineated in the A Semana chronicles by Machado de Assis. The period, between 1892 and 1897, is an important moment in the life of the city when the initial transformations, which would later be accomplished by the mayor, Pereira Passos (1902-1906), appear.

Keywords: Rio de Janeiro; chronicle; Machado de Assis

Falar da paisagem urbana na obra de Machado de Assis significa falar quase exclusivamente... Não, retifico. Falar da paisagem urbana na obra de Machado de Assis significa falar exclusivamente da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, porque, exceto por uma ida a Minas em 1890, sua "viagem mais longínqua fora a Friburgo, com incursões a Petrópolis, Barra do Pirai e Vassouras".¹

Mas sobretudo porque amava o Rio. No romance *Esau e Jacó*, o Conselheiro Aires, talvez o mais autorizado *alter ego* do escritor, volta ao Rio, depois de cumprir suas funções de diplomata, "para aqui viver o resto dos seus dias. Podia fazê-lo em qualquer cidade, era homem de todos os climas, mas tinha particular amor à sua terra".² Amor que se manifestava através de passeios que dava pela cidade: "Metia-se por bairros excêntricos, trepava aos morros, ia às igrejas velhas, às ruas novas, à Copacabana e à Tijuca".³ Em relação a esse aspecto, outro personagem da literatura brasileira explicitava idêntico apreço pela cidade mediante o mesmo costume de passear pelas ruas do Rio: Gonzaga de Sá, do romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), de Lima Barreto.

Antes de entrar no assunto, é preciso ainda definir duas circunstâncias – delimitar o tempo e a parte da obra de Machado mais supostamente adequados para abordá-lo. Creio que tais circunstâncias se casam à perfeição nas crônicas de *A Semana*, publicadas na *Gazeta de Notícias* entre 1892 e 1897.

São suas últimas crônicas, as melhores segundo avaliação quase unânime da crítica. Ele está em pleno domínio da expressão. A ironia, a lucidez e o ceticismo ligados no máximo. A crônica, entre jornalismo e literatura, é o gênero próprio para comentar os fatos cotidianos da cidade, em que é possível extrair a opinião do autor, ainda um tão dissimulado, e oblíquo, e ambíguo quanto Machado. "A intenção informativa e argumentativa é o seu [da crônica] núcleo de origem."⁴

O tempo, entre 1892 e 1897, é um momento importante na vida do Rio de Janeiro. É um tempo grávido de transformações. Constitui-se numa espécie de interregno entre o velho que vai saindo e o novo que ainda não se instalou, entre monarquia e república, entre Corte e distrito federal. Talvez possamos invocar para caracterizá-lo a tese XIV de Walter Benjamin sobre os conceitos de história. É um período "saturado pelo tempo-de-agora", em que o passado

¹ MACHADO, *Três vezes Machado de Assis*, p. 13.

² ASSIS, *Esau e Jacó*, p. 122.

³ Idem, p. 125.

⁴ TEZZA, Um discurso contra o autor, p. 182.

contém o presente.⁵ Manifestam-se os pródromos da modernização da cidade, consumada na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906).

Centro nervoso

A Rua do Ouvidor aparece nas crônicas de *A Semana* como o centro nervoso da cidade. São muitas referências. As mais mínimas dizem respeito, quase sempre, ao lugar onde as notícias, verdadeiras ou não, são colhidas. Na crônica de 13 de novembro de 1892: "estando eu na Rua do Ouvidor, soube";⁶ na de 28 de maio de 1893: "Quando eu cheguei à Rua do Ouvidor, segunda-feira, não levava a menor esperança de saber coisa nenhuma"; na de 29 de janeiro de 1893: "ainda não estava descoberto o remédio que previne a concepção para sempre, e de que ouço falar na Rua do Ouvidor".

Sem o rigor científico, sem a sistematização de conhecimentos próprios a uma disciplina, apenas com seu agudo senso de observação, Machado de Assis conduz-se como uma espécie de antropólogo urbano. Se a rua é domínio dos homens, excetue-se a do Ouvidor: "a rua fez-se para o homem, não para a mulher, salvo a Rua do Ouvidor" (16 de abril de 1893). A exceção diz respeito às lojas de modas, joalherias e chapelarias. Por isso, o cronista destaca um trecho dela em que é custoso, nas variadas acepções que a palavra comporta, desvencilhar-se dos atrativos que ela oferece: "Em três pernadas a andamos toda, e se o não fazemos em três minutos, é porque temos o passo vagaroso; mas em três horas vamos do Beco das Cancelas ao Largo de S. Francisco" (2 de julho de 1893). Como assinala Gledson, é o "trecho mais importante da Rua do Ouvidor", justamente por conter as lojas mais afamadas.⁷

Entretanto, tal demora em percorrê-la se deve também à caracterização primordial que Machado dá a ela, a de ser um pasmatório, isto é, um lugar onde permanecem ou vagueiam ociosos, onde vicejam o burburinho e o boato. Há para cada uma dessas características uma crônica. Para o burburinho, a de 29 de janeiro de 1893: "Calcemo-nos à maneira da Rua do Ouvidor, que pisamos, onde a vida passa um burburinho de todos os dias e de cada hora". Para o pasmatório, a de 21 de maio de 1893:

⁵ BENJAMIN, Sobre o conceito de história, p. 229-230.

⁶ ASSIS, *A Semana*, p. 149. A partir de agora, menciono apenas o dia, mês e ano das crônicas. Indicação suficiente para encontrá-las no IV volume da edição da Aguilar de 2008 da *Obra completa de Machado de Assis*; nos volumes 26, 27 e 28 das edições Jackson e no livro de Gledson para as crônicas de 1892 e 1893, como está nesta nota.

⁷ Idem, p. 262.

Pode ser que erre; mas ninguém me há de ver pedir notícias em outras ruas. Às vezes perco uma verdade da Rua da Quitanda por uma invenção da Rua do Ouvidor; mas há nesta rua um cunho de boa roda, que dá mais brilho ao exato, e faz parecer exato o inventado. Acresce a qualidade de pasmatório. As ruas de simples passagem não têm graça nem excitam o desejo de saber se há alguma coisa. O pasmatório obriga ao cotejo. Enquanto um grupo nos dá uma notícia, outro, ao lado, repete a notícia contrária; a gente coteja as duas e aceita uma terceira.

E para o boato, a de 13 de agosto de 1893:

Há nela, assim estreitinha, um aspecto e uma sensação de intimidade. É a rua própria do boato. Vá lá correr um boato por avenidas amplas e lavadas de ar. O boato precisa do aconchego, da contiguidade, do ouvido à boca para murmurar depressa e baixinho, e saltar de um lado para outro. Na Rua do Ouvidor, um homem, que está à porta do Laemmert, aperta a mão do outro que fica à porta do Crashley, sem perder o equilíbrio. Pode-se comer um sanduíche no Castelões e tomar um cálix de madeira no Deroche, quase sem sair de casa. O característico desta rua é ser uma espécie de loja, única, variada, estreita e comprida.

Além, contudo, de produzir e fazer correrem boatos, a Rua do Ouvidor não respeita sigilos, segredos não resistem a ela. Na coluna de 2 de julho de 1893, o cronista comenta o fato de certas sessões do Senado que, devendo ser secretas, tiveram, no entanto, suas deliberações divulgadas. O "deturpador de citações", no dizer de R. Magalhães Jr., vale-se, então, de Shakespeare, para parodiar, mais uma vez, a famosa fala de Hamlet: "É ocasião de emendar Hamlet: 'Há entre o palácio do Conde dos Arcos [sede do Senado] e a Rua do Ouvidor muitas bocas mais do que cuida a vossa inútil estatística'".

Em razão disso, ela representaria um risco para os governos cuja sede ou capital precisaria estar "longe da Rua do Ouvidor", uma capital que não fosse "um prolongamento da Rua do Ouvidor". Assim está na crônica de 22 de janeiro de 1893, que trata da mudança da capital do Estado do Rio de Janeiro.

A leitura isolada dessa crônica certamente não nos permitiria chegar a essa conclusão. Por que longe da Rua do Ouvidor? Nada se diz mais, nenhum motivo. Contaria Machado com a memória do leitor para concatená-la com as outras, como feito aqui? De todo modo, necessitamos recorrer a uma última e esclarecedora crônica – a de 6 de dezembro de 1896:

Ora, esta rua é o alçapão dos governos. Pela sua estreiteza, é a murmuração condensada, é o viveiro dos boatos, e mais mal faz um boato que dez artigos de fundo. Os artigos não se leem, principalmente se o contribuinte percebe que tratam de orçamento e de imposto, matérias já de si aborrecíveis. O boato é leve, rápido, transparente, pouco menos que invisível. Eu, se tivesse voz no Conselho municipal, antes de cuidar do saneamento da cidade, propunha o alargamento da Rua do Ouvidor. Quando este beco for uma avenida larga em que as pessoas mal se conheçam de um lado para outro, terão cessado mil dificuldades políticas. Talvez então se popularizem os artigos sobre finanças, impostos e outras rudes necessidades do século.

É lógico que devemos deduzir dessas observações o humor e a ironia de que estão impregnadas.

Preliminares do "bota-abaixo"

Já em relação ao "saneamento da cidade" e às políticas de reforma urbana que dão seus primeiros passos no final do século XIX, Machado é um pouco mais incisivo, conquanto não menos ambíguo. Antonio Candido, ao analisar o estilo do autor de *Dom Casmurro*, fala em "técnica de espectador", ou seja, a distância que toma dos eventos que narra. Esse distanciamento estético teria como corolário um estilo – marca pessoal – vincado pela imparcialidade.⁸ Candido se refere à prosa de ficção, mas não há dúvida de que podemos estender sua análise para a prosa crônica.

Poderíamos somar a isso a atitude intelectual de encarar os problemas por mais de um ângulo, de apresentá-los em diferentes situações. Podemos ilustrá-lo com uma simples sentença: "Se esta banalidade da direita lhe parece cansativa, volte-se o leitor para a esquerda, e ouvirá algum paradoxo que o descanse dela" (1º de janeiro de 1894); ou de maneira mais elaborada na crônica de 14 de junho de 1896:

Eu, posto creia no bem, não sou dos que negam o mal, nem me deixo levar por aparências que podem ser falazes. As aparências enganam; foi a primeira banalidade que aprendi na vida, e nunca me dei mal com ela. Daquela disposição nasceu em mim esse tal ou qual espírito de contradição que alguns me acham, certa repugnância em execrar sem

⁸ CANDIDO, Esquema de Machado de Assis, p. 27.

exame vícios que todos execram, como adorar sem análise virtudes que todos adoram. Interrogo a uns e a outros, dispo-os, palpo-os, e se me engano, não é por falta de diligência em buscar a verdade. O erro é deste mundo.

Se tal atitude torna mais penoso o trabalho de interpretação do texto machadiano, por um lado; por outro, o leitor é contaminado de algum modo pelo apurado senso crítico que o escritor carioca imprime aos seus juízos. É o caso de seus comentários sobre as intervenções urbanas realizadas pelo prefeito Barata Ribeiro (entre abril de 1892 e maio de 1893), prenunciadoras das grandes transformações levadas a efeito no século seguinte por Pereira Passos. Há indicações bastantes para supor que Machado se mostrou favorável, com as ressalvas e advertências do estilo, às medidas executadas pelo prefeito Barata Ribeiro.

Na crônica de 8 de janeiro de 1893, parece lamentar a expulsão de vendedores ambulantes da Rua Primeiro de Março:

A desolação da Rua Primeiro de Março é um dos espetáculos mais sugestivos deste mundo. Já ali não há turcas, ao pé das caixas de bugigangas; os engraxadores de sapatos com as suas cadeiras de braço e os demais aparelhos desapareceram; não há sombra de tabuleiro de quitanda, não há samburá de fruta. Nem ali nem alhures. Todos os passeios das calçadas estão despejados delas. Foi o prefeito municipal que mandou pôr toda essa gente fora do olho da rua, a pretexto de uma postura, que se não cumpria.

A seguir, nessa mesma crônica, lembra que na antiga Rua Direita havia outros mercadores e outras mercadorias:

Há vinte ou trinta anos, não havia a mesma gente nem o mesmo negócio. Na velha Rua Direita, centro do comércio, dominavam as quitandas de um lado e do outro, africanas e crioulas. Destas, as baianas eram conhecidas pela trunfa, – um lenço interminavelmente enrolado na cabeça, fazendo lembrar o famoso retrato de Mme. de Staël. Mais de um lord Oswald do lugar, achou ali a sua Corina. Ao lado da igreja da Cruz vendiam-se folhetos de vária espécie, pendurados em barbantes. Os pretos-minas teciam e cosiam chapéus de palha. Havia ainda... Que é que não havia na Rua Direita?

Os antigos ocupantes da ex-Primeiro de Março eram o que se convencionou chamar escravos de ganho, que alugavam serviços para obter alforria. Retenha-se essa citação, por enquanto. Farei, a respeito dela, uma pequena observação no momento oportuno.

A crônica de 16 de abril de 1893 retoma a questão, agora como tema conexo, pois o principal é a decisão do Conselho municipal de acabar com os quiosques. Diferentemente daqueles da matriz parisiense, "donde vinha a imitação", nos quais só eram vendidos jornais, os quiosques daqui vendiam charutos, café, licor e bilhetes de loteria. Eram locais em que se juntava gente bêbada, levando a brigas e tumultos. Apesar disso, Machado procura escusar a venda de cada produto ali comercializado. Porém, logo no próximo parágrafo dá a guinada:

Não obstante, lá vão os quiosques embora. Assim foram as quitandeiras crioulas, as turcas e árabes, os engraxadores de botas, uma porção de negócios da rua, que nos davam certa feição de grande cidade levantina. Por outro lado, se Renan fala verdade, ganhamos com a eliminação, porque tais cidades, diz ele, não têm espírito político, ou sequer municipal; há nelas muita tagarelice, todos se conhecem, todos falam uns dos outros, mobilidade, avidez de notícias, facilidade em obedecer à moda, sem jamais inventá-la. Não; vão-se os quiosques, e valha-nos o conselho municipal. Os defeitos ir-se-ão perdendo com o tempo. Ganhemos desde logo ir mudando de aspecto.

Eis o jeito machadiano – morde com a crítica velada e assopra com as ressalvas da justificativa. Mas, de qualquer maneira, destaque-se a relevância da última palavra: "Ganhemos ir mudando de aspecto".

O caso, contudo, mais emblemático, tanto em relação à posição de Machado, quanto em relação às medidas mais agressivas de intervenção urbana, é a destruição do famoso cortiço "Cabeça de porco", localizado no centro da cidade. É o assunto da coluna de 29 de janeiro de 1893, que começa assim:

Gosto deste homem pequeno e magro chamado Barata Ribeiro, prefeito municipal, todo vontade, todo ação, que não perde o tempo a ver correr as águas do Eufrates. Como Josué, acaba de pôr abaixo as muralhas de Jericó, vulgo *Cabeça de Porco*. Chamou as tropas, segundo as ordens de Javé; durante os seis dias da escritura, deu volta à cidade e depois mandou tocar as trombetas. Tudo ruiu, e, para mais justeza bíblica, até carneiros saíram de dentro da *Cabeça de Porco*, tal qual da outra Jericó

saíram bois e jumentos. A diferença é que estes foram passados a fio de espada. Os carneiros, não só conservaram a vida mas receberam ontem algumas ações de sociedades anônimas.

Como se vê, ele compôs uma narrativa sob forma figurada que se relaciona ao episódio bíblico da conquista de Jericó por Josué (*Josué*, cap. 6). Não se pode, conhecendo-se o autor, descartar a hipótese de ter sido consciente a escolha da exposição alegórica. Isso demonstraria o cuidado em ferir um problema envolvendo autoridades, moradores e interesses privados. Interesses camuflados no último período da citação, significando que empresas se beneficiariam com as obras de restauração da área arrasada.

Luiz Costa Lima, analisando a crônica, chama a essa, por assim dizer, estratégia narrativa de "malabarismo de mestre de capoeira": "Ou seja, o entusiasmo de Machado com a medida modernizante era arrefecido pela consideração dos que com ela se locupletavam".⁹

Arrefecimento, não desaprovação. O cronista encerra a matéria com o mesmo tom positivo com que a iniciou:

Tudo pereceu portanto, e foi bom que percesse. Lá estavam para fazer cumprir a lei a autoridade policial, a autoridade sanitária, a força pública, cidadãos de boa vontade, e cá fora é preciso que esteja aquele apoio moral, que dá a opinião pública aos varões provadamente fortes.

A fina crítica do cronista tem por base um argumento que lhe é caro – a precedência dos interesses privados sobre o interesse público. Lembremos o capítulo de *Esau e Jacó* no qual Custódio, o dono da "Confeitaria do Império", pede conselhos ao Conselheiro Aires sobre que novo nome pintar na tabuleta de sua loja, nos dias indecisos e turbulentos de mudança de regime, imediatamente após a proclamação da República. Não lhe importa qual regime vingue, sua única preocupação é que não lhe depredem o estabelecimento.

Nem seria preciso me socorrer de um exemplo tirado da prosa ficcional, por sua natureza quase sempre sujeita a disputas de interpretação. Este trecho da crônica de 21 de agosto de 1892 parece ser mais elucidativo:

Um amigo meu, companheiro de infância, diz-me sempre que, quando a gente não tem interesse em um pleito, não se mete nele, seja particular ou público; e acrescenta que não há nada público. De onde resulta

⁹ LIMA, Machado: mestre de capoeira, p. 184.

(palavras suas) que no dia em que vi os jornais darem notícia do *deficit* [déficit orçamentário], nem por isso as caras andaram mais abatidas. Uma coisa é o Estado, outra é o particular. O Estado que se aguenta.

Em Machado, tais interesses particularistas parecem converter-se em lei universal, numa espécie de egoísmo ontológico. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, diz o defunto autor: "Nunca mais deixei de pensar comigo que o nosso espadim é sempre maior do que a espada de Napoleão".¹⁰ Mais adiante, no capítulo intitulado "A ponta do nariz", afirma: "Cada homem tem necessidade e poder de contemplar o seu próprio nariz [...], cujo efeito é a subordinação do universo a um nariz somente".¹¹ Para concluir que "há duas forças capitais: o amor, que multiplica a espécie, e o nariz, que a subordina ao indivíduo".¹²

Voltando ao tópico, misturado à crítica, creio ser possível aventar certo teor de nostalgia. Embora pouco evidente, acaso se possa, na crônica de 8 de janeiro de 1893, mensurá-lo na expressão "velha Rua Direita" e na alusão literária do romance de Mme. de Staël. Eis aí a "pequena observação" que anunciei fazer sobre o fragmento citado dessa crônica.

Machado não era infenso a certas evocações nostálgicas de eventos e práticas do tempo do Império, conquanto relutasse em admiti-las, em função talvez da radicalização dos primeiros anos da República. Na mesma crônica em que trata da destruição da Cabeça de Porco, lembra as antigas procissões de São Sebastião, em confronto com a recente que foi ver sair: "Sexta-feira fui vê-la sair. [...] Que diferença entre a procissão de sexta-feira e as de outrora. Ordem, número, pompa, tudo o que havia quando eu era menino, tudo desapareceu".

Já a de 18 de novembro de 1894 compara procedimentos protocolares entre República e Império. O cronista, três dias antes – 15 de novembro –, foi à cerimônia de posse do presidente Prudente de Moraes, no Senado: "Quinta-feira, quando ali cheguei, já achei mais convidados que congressistas, e mais pulmões que ar respirável". A desordem no recinto deflagrou nele uma "visão do passado":

Quando isto se deu, tive uma visão do passado, uma daquelas visões chamadas imperiais (duas por ano), em que o regimento nunca perdia os seus direitos. Tudo era medido, regrado e solitário. Faltava agora tudo,

¹⁰ ASSIS, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 44.

¹¹ Idem, p. 93.

¹² Idem, p. 94.

até a figura do porteiro, que nesses dias solenes calçava as meias pretas e os sapatos de fivela, enfiava os calções, e punha aos ombros a capa.

Segundo Raimundo Magalhães Júnior, esses rasgos nostálgicos eram manifestados sob intenção: "Para não se comprometer politicamente nas crônicas de *A Semana* Machado em geral lhes infundia um caráter saudosista, evocando figuras e episódios do bom tempo antigo".¹³

De todo modo, para voltar e dar fim ao tópico das reformas urbanísticas no Rio de Janeiro, nada tão direto quanto a carta pessoal para avaliar a intenção de alguém. A correspondência com Oliveira Lima, historiador e diplomata, servindo em Caracas, permite atestar com mais segurança o endosso de Machado a essas reformas, a despeito dos sentimentos saudosistas do "bom tempo antigo". Isso se verifica em duas ocasiões. Na primeira, em carta de 20 de novembro de 1905:

Justo é que os filhos da cidade vão deperecendo, quando ela vai remoçando. Não digo desta, porque há de saber tudo, e terá lido as notícias da inauguração da Avenida Central; mas por muito que leia e creia, não imaginará a mudança que foi e está sendo, nem a rapidez do trabalho. Mudaram-me a cidade, ou mudaram-me para outra. Vou deste mundo, mas já não vou da colônia em que nasci e envelheci, e sim de outra parte para onde me desterraram.¹⁴

Na segunda, datada de 5 de fevereiro de 1906, ele incita Oliveira Lima a vir e ver o Rio: "Venha e verá o Rio com as suas roupas novas".¹⁵ Note-se que se está em plena vigência da reforma Pereira Passos.

O bonde

Mas não é necessário efetuar reformas urbanísticas demolidoras para revolucionar a paisagem de uma cidade. A instalação de linhas de bonde em 1868 representou essa revolução silenciosa. *A Semana* de 6 de agosto de 1893 traça um pequeno relato sobre a infância dos transportes no Rio e a mudança provocada pelo surgimento do bonde.

¹³ MAGALHÃES JÚNIOR, *Vida e obra de Machado de Assis*, p. 207.

¹⁴ ASSIS, *Correspondência de Machado de Assis*, p. 75.

¹⁵ Idem, p. 88.

O bonde junto com a *Gazeta de Notícias* foram "os dois maiores acontecimentos dos últimos trinta anos nesta cidade"; "dois poderosos instrumentos de transformação". Depois de mostrar o que significou o aparecimento do jornal de Ferreira de Araújo em 2 de agosto de 1875, o primeiro a ser vendido avulso nas ruas, barato, popular – "toda a imprensa mudou de jeito e de aspecto", pega o bonde e faz um breve passeio histórico pelos antigos meios de transporte:

Quando a *Gazeta* apareceu, o bonde começava. A moça que vem hoje à Rua do Ouvidor, sempre que lhe parece, à hora que quer, com a mamãe, com a prima, com a amiga, porque tem o bonde à porta e à mão, não sabe o que era morar fora da cidade ou longe do centro. Tínhamos diligências e ônibus; mas eram poucos, com poucos lugares, creio que oito ou dez, e poucas viagens. Um dos lugares era eliminado para o público. Ia nele o *recebedor*, um homem encarregado de receber o preço das passagens e abrir a portinhola para dar entrada ou saída aos passageiros. Um cordel, vindo pelo tejadilho, punha em comunicação o cocheiro e o recebedor; este puxava, aquele parava ou andava. Mais tarde, o cocheiro acumulou os dois officios. Os veículos eram fechados, como os primeiros bondes, antes que toda a gente preferisse os dos fumantes, e inteiramente os desterrasse.

– Já passou a diligência? Lá vem o ônibus! Tais eram os dizeres de outro tempo. Hoje não há nada disso. Se algum homem, morador em rua que atravessasse a da linha, grita por um bonde que vai passando ao longe, não é porque os veículos sejam tão raros, como outrora, mas porque o homem não quer perder este bonde, porque o bonde para, e porque os passageiros esperam dois ou três minutos, quietos.

Como a evidenciar que a mudança é realmente digna de nota, ele repete o relato histórico da inauguração dos bondes na crônica de 11 de outubro de 1896:

Esta companhia [Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico] completou anteontem vinte e oito anos de existência. Ainda me recordo da experiência dos carros na véspera da inauguração, e da festa do dia da inauguração. Ninguém vira nunca semelhantes veículos. Toda gente correu a eles, e a linha, aberta até o largo do Machado, continuou apressadamente aos seus limites. Nos primeiros dias os carros eram fechados; apareceram abertos para os fumantes, mas dentro de pouco estavam estes sós em campo; as senhoras preferiam ir entre dois charutos, a ir cara a cara com pessoas que não fumassem. Outras

companhias vieram servir a outros bairros. Ônibus e diligências foram aposentados nas cocheiras e vendidos para o fogo. Que mudança em vinte e oito anos!

Entretanto, o criador de Bentinho não é um mero contador, é um emérito problematizador, como sabem e sofrem os seus leitores. A defasagem entre a introdução de um novo dispositivo e a capacidade de absorvê-lo de imediato causa inaptações, transtornos, acidentes. Isso ainda mais se aguça quando a ele se acresce uma elevação de nível tecnológico. Ou seja – trazendo essas considerações genéricas para o nosso caso – quando o bonde puxado por tração animal começa a ser substituído a partir de 1892 pelo bonde elétrico.

Machado registra os efeitos do advento do bonde em várias crônicas. A de 16 de outubro de 1892 é antológica. Merecia figurar, sem exagero, numa coletânea de contos que viesse a compor com outras de igual qualidade, extraídas do conjunto de crônicas de *A Semana*. Andou bem, assim, Mário de Alencar ao propor, embora em vão, a seu padrinho literário que se dedicasse à tarefa, após a publicação do *Memorial de Aires*, de coligir as melhores para um novo livro.

Na crônica, que, com mais justeza, designaria como fábula, abordam-se os efeitos sobre os burros com o surgimento do bonde elétrico. Ganhariam a liberdade? Seriam mais felizes? Para tanto, dá-se voz à parêntese de burros que puxam o bonde no qual viaja o cronista, e eles mesmos especulam sobre sua condição futura:

- O bonde elétrico apenas nos fará mudar de senhor.
- De que modo?
- Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos.

Infelizmente não é possível reproduzir aqui todo o diálogo. O que posso fazer é exortar o leitor a ler essa magnífica crônica-fábula. O interesse dela encontra-se igualmente nas impressões que lhe suscitaram a vista do bonde elétrico:

Não tendo assistido à inauguração dos bondes elétricos, deixei de falar neles. Nem sequer entrei em algum, mais tarde, para receber as impressões da nova tração e contá-las. [...] Anteontem, porém, indo pela praia da Lapa, em um bonde comum, encontrei um dos elétricos, que descia. Era o primeiro que estes meus olhos viam andar.

Para não mentir, direi que o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passaram por cima da gente que ia no meu bonde, com um grande ar de superioridade. [...] Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o bonde elétrico, mas a própria eletricidade. Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, como lhe queiram chamar espíritos vadios. As glórias de empréstimo, se não valem tanto como as de plena propriedade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca?

Mas de todas as consequências, as mais citadas são os desastres, ou melhor, os atropelamentos causados pelos bondes. Na crônica de 17 de março de 1895, aponta que há "muitos responsáveis, o burro, o cocheiro, o bonde e a companhia. É provável que a eletricidade também tenha culpa". Na de 29 de maio de 1892: "Quando algum bonde pisa uma pessoa, só não acode o cocheiro, porque tem de *evadir-se*" (grifo do autor). Na de 13 de novembro de 1892:

Moderno e antigo a um tempo é o novo desastre produzido pelo bonde elétrico, não por ser elétrico, mas por ser bonde. Parece que contundiu, esmagou, fez não sei que lesão a um homem. O cocheiro evadiu-se. O cocheiro evadiu-se. Há estribilhos mais animados que este; não creio que nenhum o alcance na regularidade e na graça do ritmo. O cocheiro evadiu-se. O bonde mata uma pessoa; dou que não a mate, que a vítima perca simplesmente uma perna, um dedo ou os sentidos. O cocheiro evadiu-se. Ninguém ignora que todas as revisões de jornais têm ordem de traduzir por aquelas palavras um sinal posto no fim das notícias relativas a desastres veiculares. Vá, aceitem o adjetivo; é novo, mas lógico. Veículo, patíbulo. Patibulares, veiculares.

Por fim, a de 12 de abril de 1896 continua a procissão imutável dos fatos e das palavras, por meio dos quais

[...] os desastres seguiam invariavelmente os mesmos trâmites. A vítima, bicho ou gente, morta ou ferida, caía na rua. A multidão aglomerava-se em redor dela, olhando calada como é seu próprio costume. O cocheiro evadia-se. A polícia abria inquérito, naturalmente rigoroso. Toda essa tragédia podia resumir-se em um verso, mais ou menos assim: "Crime nefando! rigoroso inquérito!"

Nas três últimas crônicas repete-se a expressão "o cocheiro evadiu-se". Na terceira há o acréscimo de "crime nefando" e "rigoroso inquérito". Ao

evento dispar corresponde o registro linguístico diverso. Mas ele é repetido tão exaustivamente que se transforma num clichê, ou numa chapa, como prefere Machado. Para ele tal procedimento constitui-se num atributo nosso, ou num "pecado" nosso: "Nós pecamos pelo ruim gosto de esgotar todas as novidades. Uma frase, uma fórmula, qualquer coisa, não a deixamos antes de posta em molambo" (crônica de 19 de junho de 1892; a propósito da expressão "o nome que encima estas linhas").

Para remediar o "pecado", ele submete a expressão à análise, situa-a em um novo contexto, regenerando por esses meios o termo gasto. Este é um traço estilístico típico do autor de *Ressurreição*. Estudioso da tradição literária, sua originalidade está no talento dele em inová-la. A renovação da matéria linguística é um componente importante desse processo.¹⁶

A última consequência anotada por Machado refere-se ao troco das passagens embolsado pelos condutores. É provável que tal conduta se devesse ao maior número de pessoas a que o bonde atendia: "Acabo de ler que os condutores de bondes tiram anualmente para si, das passagens que recebem, mais de mil contos de réis. Só a Companhia do Jardim Botânico perdeu por essa via, no ano passado, trezentos e sessenta contos" (2 de setembro de 1894).

A maneira de evitar o desvio do dinheiro das passagens seria, como sempre em Machado, excitar o espírito mercantil, por assim dizer, dos verdadeiros interessados, isto é, "incumbir os acionistas de vigiarem por seus próprios olhos a cobrança das passagens. Interessados em recolher todo o dinheiro, serão mais severos que ninguém, mais pontuais, não ficará vintém nem conto de réis fora da caixa" (2 de setembro de 1894). Ou instituir a assinatura de bilhetes de passagem: "comprando-se uma coleção de bilhetes, em vez de pagar com dinheiro cada vez que se entra no carro, não se perde nada nos trocos que dão os condutores" (crônica de 11 de outubro de 1896).

Gatunos

De resto, o furto, o roubo e o crime em geral são por si mesmos efeitos de um outro tempo. O fim do escravismo, o estímulo à imigração e os primeiros surtos de industrialização no final do século XIX levaram à formação de aglomerados urbanos. Nas palavras mais abalizadas de Décio Saes:

¹⁶ Neste ponto, menciono um livrinho valioso chamado *Machado de Assis e a análise da expressão*, de Maria Nazaré Lins Soares, que me parece algo esquecido pelos machadianos.

A extinção legal da escravidão e a formação do direito burguês (capacidade jurídica para todos os homens, contrato de trabalho, etc.) imprimiram entretanto um novo ritmo – inviável sob um Estado escravista – ao desenvolvimento do mercado de trabalho urbano e, conseqüentemente, a difusão do trabalho assalariado industrial.¹⁷

Estavam dadas as condições para o surgimento, em maior número, de gente disposta a viver do trabalho alheio. Começam a proliferar os gatunos. Era raro o *fait divers* de um assassinato brutal, como o da parda Maria de Macedo pelo preto Timóteo, que rendeu notícia até o fim do ano de 1892. Assim Machado se reporta ao acontecimento incomum na crônica de 25 de setembro de 1892: “Digam o que quiserem; o homem gosta dos grandes crimes. Esta sociedade estava expirando de tédio. [...] Foi um banquete pantagruélico. Um simples pedaço de cadáver, ensopado em mistério, bastou a faltar toda a cidade”.

Compare-se agora esse trecho com o que vem na de 20 de dezembro de 1896:

É minha opinião que não se deve dizer mal de ninguém, e ainda menos da polícia. A polícia é uma instituição necessária à ordem e à vida de uma cidade.

Nos melhores tempos da nossa bela Guanabara, como lhe chamam poetas, tínhamos o Vidigal e o Aragão. Esse Aragão, que eu não conheci, vinha ainda falar aos de minha geração pela boca do sino de São Francisco de Paula, às 10 horas da noite, hora de recolher [...].

Ó tempos! tempos! Os escravos corriam para a casa dos senhores, e todo o cidadão, por mais livre que fosse, tinha obrigação de se deixar apalpar, a ver se trazia navalha na algibeira. Era primitivo, mas tiradas as navalhas aos malfeitores, poupava-se a vida à gente pacífica.

O cotejo revela a diferença entre dois momentos, entre o “grande crime” e as medidas preventivas, entre a metáfora culinária e o toque romântico do esboço histórico. A polícia nos tempos do Brasil-colônia e inícios da independência tinha outros atributos além da segurança. Eram também de sua responsabilidade a solução de conflitos familiares, o saneamento, a iluminação, a urbanização e o embelezamento da cidade.

Vidigal é o major Miguel Nunes Vidigal (1745-1843), subcomandante da guarda real de polícia em 1809 – “Era no tempo do rei”. É isto mesmo. Este

¹⁷ SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*, p. 348.

Vidigal é aquele que aparece como personagem no romance *Memórias de um sargento de milícias* (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida (1830-1861). Aragão é Francisco Alberto Teixeira de Aragão (1788-1847), intendente geral de polícia entre 1824 e 1827. O toque do sino anunciando a hora de recolher ficou conhecido como "o toque do Aragão", e o sino da igreja São Francisco de Paula como "o Aragão".

Mas a presença dominante nas crônicas de Machado é o gatuno. Na coluna de 29 de maio de 1892: "Há dias, na Rua do Ouvidor, um gatuno agarrou os pulsos de uma senhora, abriu-lhe as pulseiras, meteu-as em si e fez como os cocheiros". Subentende-se aqui o lugar comum "evadiu-se".

No entanto, como disse, o autor de *Esau e Jacó* não visa apenas ao simples registro da ocorrência. Do ato ou do fato, ele busca extrair uma verdade humana. Não que o fato não seja importante, longe disso. É matéria vencida, transitada em julgado a ideia equivocada de que Machado de Assis não se interessava pelos problemas de seu tempo. Astrojildo Pereira convenceu-nos de que ele é o "romancista do segundo reinado". Várias dissertações e teses são apresentadas na disciplina de história, tendo como fonte a narrativa machadiana.

Veja-se então, voltando aos gatunos, esta passagem da crônica de 20 de dezembro de 1896:

Eu, apesar do gosto que tenho à psicologia, ainda não pude descobrir o móvel secreto das pessoas que perseguem [...] a um gatuno. É o simples impulso da virtude? É o desejo de perseguir um homem hábil que quer escapar à lei? Mistério insondável. A virtude é, decerto, um grande e nobre motivo, e se pudesse haver deliberação no ato, não há dúvida que ela seria o motivo único; mas, não se pode deliberar quando alguém furta um lenço e foge; o ato da corrida é imediato. Se os perseguidores fossem outros lojistas, não há dúvida que, por aquele seguro mútuo natural entre pessoas interessadas, cada um trataria de capturar e fazer punir o que defraudou o vizinho, e pode amanhã vir defraudá-lo a ele.

Mas ainda há melhor, e vem agora.

O capítulo XXXIX ("Um gatuno") de *Esau e Jacó* é um dos capítulos digressivos do romance. Ele narra um episódio presenciado por Aires. No Largo da Carioca ele vê um grupo de cinquenta ou sessenta pessoas protestando contra a prisão de um homem, que era conduzido para a estação por duas praças de polícia. "Tratava-se, ao que parece, do furto de uma

carteira." O preso reclamava inocência: "– Não furtei nada!", e se recusava a seguir para a estação: "– Não sigo!". As pessoas em volta o apoiavam:

– Não siga! – bradava a gente anônima. – Não siga! não siga!

Uma das praças quis convencer à multidão que era verdade, que o sujeito furtara uma carteira, e o desassossego pareceu minorar um pouco; mas, indo a praça a andar com a outra e o preso, – cada uma pegando-lhe um dos braços, – a multidão recomeçou a bradar contra a violência.¹⁸

Aires se desvia da cena, entra numa repartição pública. Quando sai, encontra ainda pessoas "comentando a prisão e o ladrão. Não diziam ladrão, mas gatuno, fiando que era mais doce, e tanto bradavam há pouco contra a ação das praças, como riam agora das lástimas do preso./ – Ora o sujeito!".¹⁹

Agora um episódio bem semelhante na crônica de 24 de maio de 1896:

Li que um agente de polícia, entrando em um bonde no Largo da Lapa, descobriu certo número de gatunos entre os passageiros. Alguns preparavam-se contra um velho, e o agente preparou-se contra eles. No Largo da Carioca o velho pôde escapar à tentativa, mas o agente, auxiliado de um praça, capturou alguns; a maior parte fugiu. Até aqui tudo é vulgar como um maçador de bonde. O resto não é raro nem original, mas é grandioso.

Cerca de quinhentas pessoas aglomeraram-se no largo, em volta dos presos e dos agentes da força. O primeiro grito, o grito largo e enorme foi: *Não pode! Não pode!* Quando este grito sai dos peitos da multidão, é como a voz da liberdade de todos os séculos oprimidos. A primeira ideia de quinhentas pessoas juntas, ou menos (cinquenta bastam), é que toda prisão é iníqua, todo agente da autoridade um verdugo. Imagine-se o que aconteceria no Largo da Carioca, se o agente não tivesse ocasião de contar o que se passara e a qualidade das pessoas presas. A explicação abrandou os espíritos, e salvo alguns que, passando ao extremo oposto, gritaram: *Mata! Mata!* todos se conformaram com a simples prisão. Os gatunos é que se não conformaram com a delegacia para onde os queriam levar. Iam ser conduzidos à 5ª delegacia e pediram a 6ª, por ser aquela onde haviam sido presos.

O comentário do episódio no romance:

¹⁸ ASSIS, *Esau e Jacó*, p. 136-137.

¹⁹ Idem, p. 137.

Ao cabo, havia um fundo de justiça naquela manifestação dupla e contraditória; foi o que ele [Aires] pensou. Depois, imaginou que a grita da multidão protestante era filha de um velho instinto de resistência à autoridade. Advertiu que o homem, uma vez criado, desobedeceu logo ao Criador, que aliás lhe dera um paraíso para viver; mas não há paraíso que valha o gosto da oposição.²⁰

O comentário na crônica está, em parte, expresso no trecho citado: "Quando este grito sai dos peitos da multidão, é como a voz da liberdade de todos os séculos oprimidos". A outra parte vem nestes três períodos:

Esta preocupação de observância regulamentar, em simples gatunos, faz descer do vício.

Em todo caso, vemos que o vicioso, desde que não pode escapar à justiça, tem a virtude de reclamar pela lei. O virtuoso, antes de saber do vício, clama já contra a repressão.

Tudo indica tratar-se de um fato realmente acontecido e aproveitado quase por inteiro na obra ficcional. O comentário fere um tema central em Machado de Assis, o tema da contradição, a par da duplicidade e do relativismo moral dos atos humanos, da conversão do bem em mal, do vício em virtude.

Aceitando e reconhecendo a temeridade do juízo, creio que está aí um dos fundamentos do processo criativo de Machado de Assis – a imaginação transfigurando a verdade. Verdade, bem entendido, não apenas no sentido factual do termo, mas também no do que possa haver nele de verossímil. "A verossimilhança [...] é muita vez toda a verdade."²¹

O "instinto de nacionalidade" em segunda versão

A paisagem como puro elemento decorativo, em razão mesmo de que o homem está no centro de seu interesse, não lhe merece simpatia ou apreço. No seu ensaio porventura mais conhecido – "Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade" (1873) –, que saiu na revista *O Novo Mundo*, publicada nos Estados Unidos em português, além de traçar um

²⁰ Ibidem.

²¹ ASSIS, *Dom Casmurro*, p. 80.

panorama da literatura brasileira, reivindica um sentimento nacional de outro tipo.

Para ser mais exato, considera errônea a opinião "que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local".²² Por assunto local entendam-se as obras que têm por escopo a descrição de quadros da natureza e de costumes. Essas obras, sobretudo os romances, são muito mais comuns do que as que têm por ambição a análise dos caracteres e das paixões. Nelas, nas primeiras, prevalece o recurso da descrição que é "excelente, sem dúvida, mas [...] de mediano efeito, se não avultam no escritor outras qualidades essenciais".²³

Para Machado, o "instinto de nacionalidade" não se mede só por estas obras, o que empobreceria o patrimônio literário da nação. Segue a transcrição do trecho desse ensaio, que é, decerto, o mais citado de toda a obra machadiana. Vai sem nenhuma indicação e sem aspas: O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.

Não que a paisagem esteja ausente em Machado. Mas aparece integrada aos dramas humanos no seu movimento histórico, os quais não são transformados pela servil descrição em natureza morta. Para não alongar mais este ensaio, apresento apenas dois exemplos colhidos num só romance – *Esau e Jacó* (1904):

As irmãs Natividade e Perpétua depois de saírem da consulta à Cabocla do morro do Castelo, satisfeitas com seus vaticínios a respeito do futuro dos gêmeos Pedro e Paulo, filhos da primeira: "Perpétua compartia as alegrias da irmã, as pedras também, o muro do lado do mar, as camisas penduradas às janelas, as cascas de banana no chão".²⁴ A gente Santos é agraciada com o título de barão, o barão de Santos, a baronesa de Santos:

Toda a casa estava alegre. Na chácara as árvores pareciam mais verdes que nunca, os botões do jardim explicavam as folhas, e o sol cobria a terra de uma claridade infinita. O céu, para colaborar com o resto, ficou azul o dia inteiro.²⁵

²² ASSIS, Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade, p. 16.

²³ Idem, p. 19.

²⁴ ASSIS, *Esau e Jacó*, p. 68.

²⁵ Idem, p. 105.

Semelhantes exemplos desmentem Gilberto Freyre, que, para engrandecer José de Alencar, desfavorecia Machado, por este se fechar dentro da casa, casa nobre geralmente, recusar a paisagem carioca, evitar as cruzeiras da rua, afastar-se das praças.²⁶

Roger Bastide mostrou, contudo, que não era bem assim, que a paisagem existe, sim, em Machado, só que de outro modo. Ela não é pura observação descritiva, quadro isolado da ação dos personagens, mas, ao contrário, está colada a eles, é parte integrante de sua significação, ajuda-nos a compreendê-los.²⁷

Todas essas palavras prévias objetivam prover-me de base para arriscar uma jogada de longo alcance, a execução de um lance hipotético – atribuir à crônica de 20 de agosto de 1893 uma espécie de segunda versão do “instinto de nacionalidade”, como forma de crítica aos que, vindos de fora, só têm olhos para as belezas naturais do Rio; note-se que o ensaio de Machado saiu numa revista do exterior, ainda que escrita em português, com o fim de noticiar para gente de fora um panorama da literatura brasileira da época.

Mas vamos então à crônica:

Ce pays féérique... Assim se exprime Sarah Bernhardt, em relação ao Brasil, no telegrama com que desmente os conceitos que uma folha argentina lhe atribuiu. [...] Uma das minhas convicções (e tenho poucas) era esta: se algum dia Sarah escrever a nosso respeito, não empregará a velha chapa de todos os viajantes que por aqui passam: *ce pays féérique*. E tu, amiga minha, tu arrancas-me sem piedade desta ilusão do meu outono.

Não é só chapa, é estilete. O meu sentimento nativista, ou como quer que lhe chamem, – patriotismo é mais vasto, – sempre se doeu desta adoração da natureza. Raro falam de nós mesmos: alguns mal, poucos bem. No que todos estão de acordo, é no *pays féérique*. Pareceu-me sempre um modo de pisar o homem e as suas obras. Quando me louvam a casaca, louvam-me antes a mim que ao alfaiate. Ao menos, é o sentimento com que fico; a casaca é minha; se não a fiz, mandei fazê-la. Mas eu não fiz, nem mandei fazer o céu e as montanhas, as matas e os rios. Já os achei prontos, e não nego que sejam admiráveis; mas há outras coisas que ver.

Há anos chegou aqui um viajante, que se relacionou comigo. Uma noite falamos da cidade e sua história; ele mostrou desejo de conhecer alguma velha construção. Citei-lhe várias; entre elas a igreja do Castelo e seus altares. Ajustamos que no dia seguinte iria buscá-lo para subir o morro

²⁶ FREIRE, *José de Alencar*, p. 7-8.

²⁷ BASTIDE, Machado de Assis paisagista, p. 422.

do Castelo. Era uma bela manhã, não sei se de inverno ou primavera. Subimos; eu, para dispor-lhe o espírito, ia-lhe pintando o tempo em que por aquela mesma ladeira passavam os padres jesuítas, a cidade pequena, os costumes toscos, a devoção grande e sincera. Chegamos ao alto, a igreja estava aberta e entramos. Sei que não são ruínas de Atenas; mas cada um mostra o que possui. O viajante entrou, deu uma volta, saiu e foi postar-se junto à muralha, fitando o mar, o céu e as montanhas, e, ao cabo de cinco minutos: "Que natureza que vocês têm!".

[...] A admiração do nosso hóspede excluía qualquer ideia da ação humana.

Cabe ao leitor julgar da precisão do lance, da correção da jogada.

Finalizo este escrito com três observações. Procurei deixar correr o quanto pude a prosa e os pensamentos incomparáveis do mestre. Maneira de compensar o leitor do texto chinfrim que pretendeu pajeá-los.

A segunda é dizer que Machado escrevia sem perspectiva histórica, mas o seu apurado senso crítico, a capacidade de observação, a tendência em ver as coisas por mais de um ângulo dão aos eventos que comenta uma feição menos parcial, e até podem justificar que lhe confirmem poderes de um profeta. A historiadora Mary Del Priore, em artigo recente, reproduz todo o primeiro parágrafo da crônica de 7 de agosto de 1892, na qual Machado faz uma reflexão crítica sobre o absentismo eleitoral. Ela termina assim: "Resta concluir que Machado, além de imenso escritor, foi também profeta".²⁸ Exagero desculpável, dada a natural admiração que ele desperta.

A última, por fim, é para concordar com o ponto de vista do brasilianista machadiano K. David Jackson de ter sido o Rio de Janeiro um microcosmo para Machado: "*lived his entire life in the city that served as a microcosm of his expansive and imaginative literary world*".²⁹ A dádiva que Machado deu ao Rio foi transformá-lo em literatura.

Referências

ASSIS, Machado de. *A Semana – crônicas (1892-1893)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Correspondência de Machado de Assis: tomo V, 1905-1908*. Coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2015.

²⁸ PRIORE, Machado e o absentismo eleitoral, p. 4.

²⁹ JACKSON, *Machado de Assis: a literary life*, p. 3.

- _____. *Dom Casmurro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1992.
- _____. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- _____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1968.
- _____. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: _____. *O jornal e o livro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Obra completa de Machado de Assis: volume IV*. São Paulo: Nova Aguilar, 2008.
- BASTIDE, Roger. Machado de Assis paisagista. *Teresa: Revista de literatura Brasileira*, n. 6-7. São Paulo: Editora 34; Imprensa Oficial, 2006, p. 418-428.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: _____. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 17-39.
- FREYRE, Gilberto. *José de Alencar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.
- JACKSON, K. David. *Machado de Assis: a literary life*. New Haven: Yale University Press, 2015.
- LIMA, Luiz Costa. Machado: mestre de capoeira. In: SECCHIN, Antonio Carlos; ALMEIDA, José Maurício Gomes de; SOUZA, Ronaldo de Melo (orgs.). *Machado de Assis, uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Folio, 1998, p. 183-190.
- MACHADO, Ubiratan. *Três vezes Machado de Assis*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2007.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- PRIORE, Mary Del. Machado e o absentismo eleitoral. *Folha de S.Paulo*. Caderno Eleições, São Paulo, 16 set. 2016, p. 4.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- SOARES, Maria Nazaré Lins. *Machado de Assis e a análise da expressão*. Rio de Janeiro: INL, 1968.
- TEZZA, Cristovão. Um discurso contra o autor. In: _____. *A máquina de caminhar*. Seleção e apresentação de Christian Schwartz. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 169-191.

BENITO PETRAGLIA é doutor em letras pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente faz pós-doutorado na mesma instituição, com o projeto *Machado de Assis e as crônicas de "A Semana"*. E-mail: benitop@id.uff.br.

Recebido: 23.01.17
Aprovado: 11.09.17